

JURACY MAGALHÃES E O FISILOGISMO NA POLÍTICA BRASILEIRA

*José Alves Dias**
*Roberta Lisana Rocha Santos***

RESUMO

Este texto se propõe a analisar a relação fisiológica estabelecida entre Juracy Magalhães e seus eleitores, entre os anos de 1954 e 1958, período em que o mesmo exercia o cargo de Senador da República. A pesquisa se fundamentou em uma série de correspondências recebidas pelo senador que permitem vislumbrar a persistência do fenômeno clientelista na política brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: *Clientelismo. Juracy Magalhães. Poder.*

No Brasil, as origens do sistema de clientela e patronato remontam ao período colonial, quando se percebe claramente a existência de tais mecanismos, utilizados como base nas relações de dominação estabelecidas entre os senhores de engenho – tradicionais grupos políticos ligados ao setor agrário – e seus colonos livres.

Tendo seus interesses voltados para a manutenção das estruturas tradicionais e a busca contínua de um referencial de nação, a formação do Império se deu sob bases essencialmente conservadoras e antidemocráticas. Assim, após 1822, com o rompimento entre a Colônia e Portugal, essas ligações não só dificultaram uma administração racional do governo imperial, mas ainda se intensificaram com o fortalecimento da oligarquia agrária e dos comerciantes ligados à economia importadora e exportadora. Com efeito, a presença de D.

* Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Email: jdias_net@hotmail.com.

** Licenciada em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Email: roberta.lisana@hotmail.com.

Pedro I na América Portuguesa possibilitou aos grupos dominantes buscar a independência de Portugal sem recorrerem ao auxílio das classes subalternas.

O advento da República, também, não provocou nenhuma transformação no sistema existente até então, pois os valores coronelistas e oligárquicos permaneceram inalterados. Na prática, as únicas mudanças significativas foram o direito de voto para analfabetos e a elegibilidade de sacerdotes.

Na perspectiva liberal de Afonso Arinos de Melo Franco (1974), somente com a Revolução de 1930 – considerada uma aliança entre tenentes reformistas, grupos populistas liderados pela coligação democrática de São Paulo e alguns conservadores – a política brasileira assumiu um caráter diferenciado. Os municípios, antes governados por pequenos grupos rurais com interesses comuns, foram transformados em partidos locais liderados por famílias ou grupos oligárquicos.

Para a cientista política Maria do Carmo Campello de Souza, o sistema político-institucional adotado após a Revolução de 1930 constituía-se de interventorias e departamentos administrativos que se interligavam ao mesmo tempo com os grupos dominantes locais, os ministérios e a Presidência da República. Esse sistema pouco ou nada interferiu nos pilares econômicos que sustentavam o poder político dos estados, nem era esse o objetivo, mas possibilitou o enfraquecimento dos grupos oligárquicos, uma vez que o interventor, embora ligado à elite estadual, não devia a esta a sua permanência no controle do Estado, e sim ao poder executivo federal (SOUZA, 1983, p. 88).

Como é notório, para assumir a liderança do governo baiano, após a Revolução de 1930, foi indicado, pelo próprio Getúlio Vargas, o tenente Juracy Magalhães. Mas, diante da resistência local e impossibilitado de governar com os pressupostos da revolta liberal, ao tomar posse da liderança política na Bahia, o novo líder buscou, inicialmente, apoio dos chefes carismáticos do interior do Estado. Daí por diante, tentou estabelecer uma administração ao mesmo tempo severa e consensual, tomando como medida o engavetamento de processos correntes e procurando dar continuidade ao projeto de reorganização municipal iniciado por Arthur Neiva.

Segundo Eul-Soo Pang, o novo dirigente baiano buscou estabelecer uma proximidade calculada com os principais grupos econômicos do estado e manter sua força no regime de Vargas e, assim, obter favores federais e tornar-se popular entre os coronéis (PANG, 1979, p. 225).

Em fins de 1954, após o Estado Novo e depois de um breve afastamento da política, Juracy Magalhães foi eleito senador pela Bahia, apoiado pela União Democrática Nacional (UDN), pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pelo Partido Social Democrático (PSD), recebendo um total de 363.226 votos. Durante sua atuação no Senado Federal, recebeu diversas correspondências de amigos, associações e correligionários. Através da análise dessa documentação foi possível perceber que o fisiologismo político manteve-se como uma prática recorrente ainda que, historicamente, estivesse relacionado diretamente ao período da República Velha.

O FENOMENO CLIENTELISTA

O clientelismo tem sido um fenômeno permanente na política brasileira e vem sendo apresentado pela historiografia como um elemento peculiar aos variados períodos da história do país. Do ponto de vista conceitual pode ser considerado, ainda, como um traço essencial da própria cultura política em um determinado contexto histórico. Segundo Gohn (apud LENARDÃO, 2004, p. 03),

a experiência histórica de vivência dos indivíduos, num dado território, submetido a determinado regime político é um “dato relevante” na consideração das variáveis que colaboram na composição do conteúdo da cultura política de um povo. Trata-se de considerar “a cultura política como espaço de fusão entre a tradição e a inovação”. Não se trata de ver o fenômeno da cultura política como legado histórico, mas como prática viva e atuante. A interação permanente entre valores antigos [...] e valores novos [...] faz com que a cultura política seja resultado de um processo que a constrói cotidianamente, por meio de um jogo de reciprocidade.

Maria de Lourdes Mônaco Jannoti, ao estabelecer uma comparação entre a política coronelista da República Velha e a nova conjuntura dos centros urbanos, no período democrático pós Estado Novo, demonstrou uma relação paralela entre a figura do coronel e a dos novos atores políticos, uma vez que ambos utilizavam o empreguismo, o favoritismo e a barganha eleitoral na conquista do eleitorado (JANNOTI, 1992, p. 82).

Ao longo dos últimos séculos da história brasileira o fenômeno clientelista assumiu várias roupagens sem, no entanto, alterar sua essência e isso indica, em certa medida, a imutabilidade das práticas políticas independente da periodização histórica. Recentemente, José Murilo de Carvalho, em seu artigo

“Rui Barbosa e a razão clientelista”, analisou uma série de cartas, cartões, ofícios e telegramas enviados por diversas personalidades ao Ministro Rui Barbosa, solicitando favores, e nos mostrou a extensão do fenômeno clientelista na passagem do Império para a República. Segundo o autor,

Na época de Rui Barbosa, fim do Império início da República, a distribuição de favores governamentais tinha o nome de patronato e filhotismo. O meio pelo qual se exercia o patronato era o empenho, ou seja, o pistolão, o pedido, a recomendação, a intermediação, a proteção, o apadrinhamento, a apresentação. A prática era tão condenada quanto arraigada (CARVALHO, 2000, p. 1).

A intensidade do clientelismo variava conforme se estabeleciam as correlações de forças no poder, as relações entre os parceiros políticos, as formas de governo e a organização do Estado. Esse desempenho sazonal dependia, ainda, da maneira como os sujeitos envolvidos disputavam influência e apoio político, especialmente através do voto, negociando a concessão de empregos, benefícios públicos e isenções fiscais.

No caso em relevo, as relações clientelísticas dispensavam a presença do coronel, pois se efetivavam entre setores e aliados do governo e os demais setores sociais privados dos privilégios inerentes ao poder. Sobre isso, declara Carvalho (1997, p. 2):

Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo. Nesse sentido, é possível mesmo dizer que o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo e que ele aumenta com o decréscimo do mandonismo. À medida que os chefes políticos locais perdem a capacidade de controlar os votos da população, eles deixam de ser parceiros interessantes para o governo, que passa a tratar com os eleitores, transferindo para estes a relação clientelística.

Para aqueles que faziam pedidos a Rui Barbosa, bem como para os que faziam a Juracy Magalhães, as razões que justificavam as petições eram as mais diversas: amizade, família e necessidade pessoal. A isso vinham associadas duas convicções básicas: a certeza da obrigação moral que deveria levar os homens de poder a proteger a família e os amigos e a convicção de que era legítimo usar recursos públicos para fins particulares. No caso de Juracy pode-

se acrescentar, ainda, a certeza de que era possível usar a influência pessoal para resolver questões de natureza pública. O próprio Juracy Magalhães, ao ser questionado sobre a sua visão acerca da figura do coronel, afirmou em depoimento (ABREU, 1982, p. 82):

Na realidade, ele [o coronel] não é mais do que um homem que se impôs no seu próprio meio como um líder natural: é capaz de ajudar a educar os filhos dos amigos; é capaz de pleitear a construção de uma escola para seu município; é capaz de estabelecer e manter um ambiente de ordem, paz e respeito recíproco na sociedade em que vive; é um homem que faz sacrifícios econômicos e age além de suas possibilidades financeiras.

Diante disso, fica claro que à medida que essas práticas foram se consolidando tornaram-se um atributo da própria organização política brasileira. Podemos considerar o clientelismo como um mecanismo de controle político, baseado em barganhas e trocas de favores entre indivíduos que se encontram em situação desigual. Foi dessa maneira que a experiência ajudou a compor as várias formas de domínio que a vida política brasileira conheceu: o mandonismo, o patrimonialismo, o coronelismo e até o populismo (LENARDÃO, 2004, p. 2).

AS CORRESPONDÊNCIAS E OS PEDIDOS

Para confirmar e responder em que medida se estabeleceu a relação fisiológica entre o senador Juracy Magalhães e seus eleitores, entre 1954 e 1958, conforme objetiva esse texto, foram analisadas 79 correspondências, entre cartas e telegramas, enviadas ao congressista baiano logo após sua vitória nas eleições e antes mesmo de ser investido no cargo.¹ Em geral, tratam-se de petições individuais e coletivas, que solicitam favores para o remetente ou para outrem, agradecimentos de favores anteriores e convites para formaturas ou inaugurações de obras públicas. Além disso, detectamos algumas mensagens que tinham como objetivo recordar pedidos feitos no passado.

É preciso ressaltar que em nenhum momento nos deparamos com uma carta ou telegrama enviado individualmente por um trabalhador; normalmente, as solicitações desse tipo envolviam um conjunto de pessoas e suas demandas eram encaminhadas através de associações. Os demais pedintes eram, em sua maioria, correligionários, amigos, empresários e agricultores.

¹ A documentação aqui referida foi coletada no Arquivo Juracy Magalhães do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e utilizada mediante autorização do detentor dos direitos autorais.

Nossa opção metodológica foi a de agrupar as correspondências caracterizadas por sua natureza e, eventualmente, analisá-las individualmente a depender do destaque e da importância que nelas identificamos para o estabelecimento de uma conexão entre o sujeito e sua clientela.

Numa primeira categoria reunimos as correspondências que tratam de relações estabelecidas no âmbito político-partidário, expressão do clientelismo orgânico. Um documento que chamou bastante atenção foi uma carta escrita por membros da bancada udenista que solicitava a Juracy Magalhães esforços para obstar o projeto do governador baiano Régis Pacheco, que propunha a criação de uma “Fundação de Assistência a Menores”. Segundo os reclamantes, tratava-se de uma manobra do governador que, convicto de sua derrota nas próximas eleições, tomava tal medida no intuito de acarretar uma série de dificuldades administrativas para o sucessor.²

Em categoria similar estão algumas missivas de correligionários que eram solidários com o senador. Figuram neste grupo, por exemplo, cartas de Josaphat Borges e Durval Gama e, especialmente, um telegrama de Nelson Carneiro, tendo em anexo uma carta de Crescêncio Lacerda, demonstrando a sua indignação face algumas declarações deste último contra o senador, consideradas, pelo remetente, como um insulto.³ Curiosamente, Manoel Evangelista Brito, outro emissor, alertava Juracy Magalhães que a atitude de Nelson Carneiro não passava de uma ação desesperada em vista de sua derrota nas eleições.⁴

O mesmo Manoel Evangelista de Brito agradece, em outra oportunidade, o empenho na criação da Associação de Amigos de Juracy Magalhães (AAJM), entidade política que tinha a finalidade de reunir os amigos e simpatizantes do senador e fortalecer sua campanha de volta ao governo da Bahia. Nessa correspondência fica bastante clara a tentativa do emissor em estabelecer uma reaproximação com o antigo líder baiano que, naquele momento, ocupava uma cadeira no Senado Federal.⁵

Diante dos interesses econômicos privados que se sustentam na relação fisiológica com o poder público, merece destaque, em outra categoria, o teor de uma missiva escrita pelos membros da Federação das Associações de

² FGV/CPDOC. Arquivo Juracy Magalhães. Telegrama. Série JM00000/2987, s/d, p. 03.

³ FGV/CPDOC. Arquivo Juracy Magalhães. Carta. Série JM 54.08.1954. s/d, p. 10.

⁴ FGV/CPDOC. Arquivo Juracy Magalhães. Carta. Série JM 54.08.1954 s/d, p. 01 e 02. Telegrama: Série JM 54.08.1954, s/d, p. 10.

⁵ FGV/CPDOC. Arquivo Juracy Magalhães. Carta. Série JM 54.08.1954 s/d, p 01- 02.

Comércio e Indústrias do Ceará, solicitando apoio do ex-interventor de Vargas para o projeto de instalação de uma refinaria de petróleo em Fortaleza.⁶ Nesta mesma categoria se enquadra uma carta enviada pelo Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral no Estado de São Paulo, em protesto contra um projeto que estava em andamento no Senado Federal propondo à indústria têxtil a mistura de fios da seda natural com outros de seda rayon, artificiais e sintéticos. Para o sindicato em questão, essa medida poderia acarretar uma série de problemas para a indústria de tecelagem.⁷

Do mesmo modo, o Sindicato da Indústria do Vinho de Jundiá (Sindivinho), entidade Ligada à Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e criada em 1940, solicitou ao mesmo político que interferisse com sugestões na Lei nº 373/53, da Câmara Federal, indicando algumas alterações propostas pelo sindicato.⁸ Outro pedido de interferência foi feito pela Associação Comercial da Bahia, encaminhado pelo seu diretor, Arthur Fraga, solicitando a Juracy Magalhães iniciativas junto ao Dr. Regis Bittencourt, Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para a pavimentação da estrada que ligava a Bahia (Salvador) ao município de Feira de Santana.⁹

A oligarquia cafeeira, atenta ao fisiologismo político dos novos tempos, também se manifestou. A carta do Dr. Raphael de Castro, que além de médico era também cafeicultor, mostrava que o mesmo tinha pretensões de aumentar seus investimentos na produção cafeeira, dobrando a sua produção para um milhão de pés de café. Em sua carta, ele cumprimenta Juracy Magalhães pelo discurso proferido no Senado, no qual aponta rumos para a política econômica do café, que “tem sido tradicionalmente nociva ao país”.¹⁰

Merece destaque, também, a carta do empresário Charles L. Foley expondo ao senador seu interesse em exportar café do Brasil para o Canadá.¹¹ Mais interessante, ainda, é a carta do próprio Juracy em resposta a este empresário afirmando que a exportação de café é um assunto que deve ser tratado estritamente com os órgãos apropriados. Nesse caso, não é possível detectar, apenas com essa fonte, as razões do desinteresse do senador, que foi

⁶ FGV/CPDOC. Arquivo Juracy Magalhães. Carta. Série JM 54.08.1954, 28/02/1955, p. 27-28.

⁷ FGV/CPDOC. Arquivo Juracy Magalhães. Carta. Série JM 54.08.1954, 07/03/1955, p. 35-36.

⁸ FGV/CPDOC. Arquivo Juracy Magalhães. Carta. Série JM 54.08.1954, 22/03/1955, p. 41-42.

⁹ FGV/CPDOC. Arquivo Juracy Magalhães. Carta. Série JM 54.08.1954, 17/11/1958, p. 45-46.

¹⁰ FGV/CPDOC. Arquivo Juracy Magalhães. Carta. Série JM 54.08.1954, 12/02/1955, s/p.

¹¹ FGV/CPDOC. Arquivo Juracy Magalhães. Carta. Série JM 54.08.1954, 13/02/1955, p. 21.

embaixador brasileiro em Washington e sempre defendeu as relações comerciais entre o Brasil e outros países capitalistas.¹²

Por fim, dentre as correspondências de órgãos e associações, destacamos um telegrama enviado por responsáveis pela construção da Estrada de Ferro Nazaré solicitando interferência junto ao Diretor Geral da Fazenda, para autorizar o pagamento do subsídio federal de trinta milhões de cruzeiros, no intuito de dar continuidade à obra, visto que alegavam não dispor de mais recursos, nem mesmo para pagar seus trabalhadores.¹³

Além destas, é interessante notar a participação de grupos de trabalhadores nesse processo. Um telegrama de José Clímaco Goes e uma carta da Associação de Ferroviários Aposentados do Leste Brasileiro solicitavam ao senador uma saída para a situação gravíssima em que se encontrava toda a “classe” de ferroviários aposentados e pensionistas do leste brasileiro desde agosto de 1952. Segundo os suplicantes, o pagamento dos aposentados e pensionistas efetuado pela Delegacia Fiscal havia sido suspenso entre os meses de julho e dezembro de 1952. No ano seguinte, os ferroviários inativos ficaram sem remuneração nos últimos dez meses e mesmo após a regularização, em 1954, a instituição responsável pelo pagamento se recusava a ressarcir os salários não quitados dos anos anteriores. Diante da situação, pleiteavam uma valiosa interferência junto à Diretoria da Dispensa Pública.¹⁴

A mesma forma de atendimento a uma clientela está exposta em um telegrama de Aladio Duarte solicitando intercessão, junto aos amigos na Câmara Federal, para a aprovação de uma emenda que fizesse justiça aos funcionários de delegacias fiscais que se encontravam em situação de desigualdade diante dos colegas de igual categoria em outras repartições fazendárias, que há muito usufruíam de vantagens e porcentagens sobre arrecadação.¹⁵

Havia, também, correspondências genéricas como uma oriunda da diretoria da Escola de Eletromecânica da Bahia, fornecendo informações sobre a instituição, tais como data de fundação, endereço e as atividades desenvolvidas pela mesma.¹⁶ Outras, todavia, eram mais específicas, como um telegrama de

¹² FGV/CPDOC. Arquivo Juracy Magalhães. Carta. Série JM 54.08.1954, 25/02/1955, p. 21.

¹³ FGV/CPDOC. Arquivo Juracy Magalhães. Telegrama. Série JM 54.08.1954, 24/11/1958, p. 47.

¹⁴ FGV/CPDOC. Arquivo Juracy Magalhães. Carta. Série JM 54.08.1954, 18/03/1955, p. 40-42. Telegrama. Série JM 54.08.1954, 07/01/1955, s/p.

¹⁵ FGV/CPDOC. Arquivo Juracy Magalhães. Telegrama. Série JM 54.08.1954, 12/11/1954, p. 02.

¹⁶ FGV/CPDOC. Arquivo Juracy Magalhães. Carta. Série JM 54.08.1954, s/d, p. 02.

Álvaro Medrado, que solicitava um auxílio de 300 contos para a Escola de Engenharia e Eletro Mecânica.¹⁷

Dentre as cartas, uma se sobressai, ainda que não apresente um pedido direto, por demonstrar a importância da proximidade com o senador. Abaixo, a descrição do seu conteúdo, na íntegra, conforme relato seu emissor:

O primeiro motivo que me faz escrever esta carta é a formatura de Paulo que ocorrerá na primeira quinzena de fevereiro, sei que a distancia tornará difícil a sua presença, mas, mesmo assim, convido-o. Depois da formatura vou pedir o rapaz para lhe visitar, expor suas esperanças e pedir-lhes conselhos, e também ajuda na vida que vai encetar inexperiente, cheio de ilusões e desamparado. A segunda razão é que parece que “tirei o pé da lama”. Há muitos anos quando você renunciou o governo do Estado, emergi num profundo desprestígio político, mas, agora, porém, vejo-me cercado de considerações, homenagens e cumprimentos dos meus companheiros de repartição. Há meu caro coronel, que coisa adorável é o prestígio! E veja bem que tudo isso é por causa do seu prestígio, só o reflexo sobre o seu pobre amigo.¹⁸

Numa categoria diferente, em que o clientelismo se apresenta como uma via de mão dupla, o emissor oferece favores antes de fazer qualquer tipo de solicitação. Em sua carta, Batista Vieira, ao comunicar ao membro do senado a sua nomeação para o cargo de Presidente da Bolsa de Mercadorias da Bahia, feita pelo governo do estado, informa que a instituição está aberta a atender qualquer solicitação daquele, bem como sujeita à sua colaboração.¹⁹

Verifica-se, ainda, um caráter informativo em determinadas mensagens, como a de José Leonardo comunicando a Juracy Magalhães que o PTB baiano estava inclinado a aceitar as candidaturas de Juscelino Kubitschek e João Goulart. Curiosamente, essa informação é apresentada como extraída de uma conversa ouvida no interior de um ônibus.²⁰

Por vezes, as questões pessoais se misturavam aos negócios públicos e, desta forma, engrossavam a torrente clientelista. Nessa categoria está a epístola de Regis Bittencourt, solicitando a Juracy Magalhães uma análise sobre a conduta do Engenheiro Dr. Geraldo de Alencar Nogueira, descrito como um cearense vencedor por meio de seus próprios esforços. A carta faz referência à

¹⁷ FGV/CPDOC. Arquivo Juracy Magalhães. Telegrama. Série JM 54.08.1954, s/d, p. 03.

¹⁸ FGV/CPDOC. Arquivo Juracy Magalhães. Carta. Série JM 54.08.1954, 23/01/1954, p. 07.

¹⁹ FGV/CPDOC. Arquivo Juracy Magalhães. Carta. Série JM 54.08.1954, 14/02/1955, s/p.

²⁰ FGV/CPDOC. Arquivo Juracy Magalhães. Carta. Série JM 54.08.1954, 04/03/1955, p. 16.

atuação do engenheiro na construção de uma importante rodovia no território baiano e o apresenta como uma vítima da inveja de despeitados. Segundo o missivista, o Dr. Geraldo Nogueira vinha sendo injustamente perseguido, no Ceará, pela família Távora e, por isso, solicitava-se ao senador que, com seu espírito justiceiro, observasse a conduta deste engenheiro.²¹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nicolau Maquiavel afirmou que os homens que chegam ao poder, por meio do favor do povo, devem preservar a amizade para com este e, assim, poderão com ele contar nos momentos de adversidade (MAQUIAVEL, 2010, p. 57).

O princípio exposto por Maquiavel é igualmente perceptível nas práticas políticas das oligarquias brasileiras. Os homens que acendem a cargos de poder devem preservar a amizade com aqueles que o favoreceram nesta ascensão política. Nesse sentido, a análise da correspondência de Juracy Magalhães nos possibilita comprovar a persistência do fenômeno clientelista, mesmo num período distante do predomínio coronelista. Fica claro que, em meados dos anos 1950, ainda persistiam práticas análogas às existentes em períodos anteriores, designadas comumente como coronelismo, filhotismo, patronagem etc.

A correspondência indica pela existência de um compromisso moral que obrigava os homens que ocupavam posições privilegiadas na sociedade a retribuir o apoio dos amigos que se encontravam em situação desfavorável. Por outro lado, as tentativas de aproximação com o destinatário das correspondências, por parte de pessoas distantes, mostra que era comum enxergar na amizade com um senador da República uma possibilidade de ascensão política, econômica e social. A documentação analisada deixa claro, portanto, que as relações clientelísticas se mantêm ao longo dos anos, embora se adéquem às conformações sociais e políticas vicenciadas historicamente.

²¹ FGV/CPDOC. Arquivo Juracy Magalhães. Carta. Série JM 54.08.1954, 20/11/1958, p. 46-47.

JURACY MAGALHÃES AND THE PHYSIOLOGISM IN THE BRAZILIAN POLITICS

ABSTRACT

This text aims to analyze the physiological relationship between Juracy Magellan and his electors, between the years 1954 and 1958, a period in which he held the position of Senator of the Republic. The research was based on a series of correspondences received by the senator who provide a glimpse persistence of the clientelist phenomenon in Brazilian politics.

KEYWORDS: *Clientelism. Juracy Magalhães. Power.*

REFERÊNCIAS

ABREU, A. A. de. et al. (Coord.). **Juracy Magalhães: minhas memórias.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CARVALHO, J. M. de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, v. 40, n. 2, p. 01-15, 1997.

_____. Rui Barbosa e a razão clientelista. **Dados**, v. 43, n. 1, p. 01-26, 2000.

FRANCO, A. A. de M. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

JANOTTI, M. de L. M. **O coronelismo: uma política de compromissos.** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LENARDÃO, E. Gênese do clientelismo na organização política brasileira. **Lutas Sociais**, v. 11, p. 01-11, 2004.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe.** São Paulo: Penguin; Companhia das Letras, 2010.

PANG, E. **Coronelismo e oligarquias (1889-1943).** A Bahia na primeira república brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOUZA, M. do C. C. de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964).** São Paulo: Alfa-Ômega, 1983.